



**CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL – COPAM
UNIDADE REGIONAL COLEGIADA ALTO SÃO FRANCISCO**

**Ata da 6ª Reunião Ordinária realizada no Clube Recreativo e Poliesportivo
Municipal, no município de São Roque de Minas, dia 23 de setembro de 2004, às 14:00
horas.**

1 Aos 23 dias de setembro de 2004, reuniu-se a URC Unidade Regional Colegiada do Alto
2 São Francisco.
3 Participaram os seguintes membros titulares e suplentes: o Presidente Doutor Shelley de
4 Souza Carneiro, representante da SEMAD, Alex Fernandes Santiago, Valmir José
5 Fagundes, Gerson Luiz de Freitas, Marcelo Ferreira Guimarães, Márcio Antônio de
6 Oliveira, Cairo Manoel de Oliveira, Juarez Eufrásio de Carvalho, representantes da
7 administração pública, Lucélio Nativo da Assunção, Roberto Soares Nogueira, Vicente
8 Paulo Gondim, Eustáquio Marcelino Valério Calderaro, Lessandro Gabriel da Costa, Marco
9 Antônio Vilela, representantes da Sociedade Civil.
10 **Assuntos em pauta: 1) Abertura:** a abertura foi realizada pelo Secretário-adjunto de
11 Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Dr. Shelley de Souza Carneiro.
12 **Dr. Shelley de Souza Carneiro, Secretário-adjunto:** Boa tarde a todos. Este é um dia
13 muito especial, onde nós estamos dando uma virada em todo o trabalho que será
14 desenvolvido por todas as Unidades Regionais de Apoio do COPAM. Estamos caminhando
15 a passos largos para começarmos a trabalhar no próximo ano dentro daquilo que foi
16 prometido. As Unidades Regionais serão bastante livres quanto às decisões de processos e
17 aos problemas de Políticas Regionais. Eu digo isto, porque foi decidido ontem, em reunião
18 realizada em Belo Horizonte. Mas prometo que nesta abertura serei bem rápido, volto a
19 pedir aos senhores sobre o uso do microfone, pois os tradutores estão tendo bastante
20 dificuldades. Muitas vezes vocês não usam o microfone, dificultando na hora de transcrever
21 as atas, que são oficiais do Governo e podem ser requisitadas legalmente. Gostaria de dizer
22 da minha satisfação em ver que os COPAMs se tornaram uma realidade dentro do Estado
23 de Minas Gerais. Sempre gosto de trazer notícias das outras regionais para que os senhores
24 tenham idéia da grandiosidade da rede que está sendo criada hoje e como esta matriz é
25 importante para a política que estamos traçando para Minas Gerais. É uma das
26 preocupações do Governador Aécio Neves, levar a discussão Ambiental para todas as
27 regiões de Minas Gerais. Temos visto com muita satisfação o crescimento desta rede, assim
28 como do COPAM. Aqui também começamos nossas reuniões de maneira bem lenta e
29 explicativa, com palestras, explicando cada item da reunião e os problemas da região. Não
30 conseguimos ainda visitar toda a região, mas estivemos em alguns locais. Isto começa a
31 trazer para nós uma série de informações que são muito úteis já que os senhores têm um
32 poder de decisão nas mãos. O levantamento de um braço passa a não ser tão corporativo na
33 medida em que os Senhores passam a se sentir parte de um Conselho e de uma decisão
34 Colegiada. Não é somente um braço que vai levantar e sim a cabeça que vai impulsionar
35 este braço, justificando o seu voto. Este voto decide sobre um licenciamento ou sobre uma
36 multa. O Conselheiro tem que ter esta visão, pois no momento que se decide sobre um
37 licenciamento, o empreendedor já estará colocando suas máquinas para funcionar no local.
38 Um outro aspecto são as Políticas Ambientais, que nós não começamos a trabalhar
39 decisivamente ainda, mas será feito muito brevemente, discutindo e contribuindo para a



40 Política Regional, logicamente respeitando a Política Estadual. Esta rede está crescendo e
41 ela terá força para começar a trilhar o seu caminho e tomar suas decisões. Ela será auto-
42 suficiente. Gostaria também de dizer que vários assuntos que estão sendo tratados aqui,
43 alguns pedidos pelo Núcleo de Apoio ao COPAM Regional, que trabalha como apoio ao
44 COPAM que são os senhores, que foram eleitos e indicados. O COPAM é o Conselho e a
45 casa é o Núcleo de Apoio. Nossa pauta hoje está baseada no Rio São Francisco, nós
46 estamos na região da nascente do Rio São Francisco e teremos a apresentação do trabalho
47 que está sendo feito para melhorar as condições do rio. É um trabalho de Revitalização.
48 Dentro do formato legal das reuniões teremos os processos e depois a palestra. Hoje eu
49 gostaria de pedir licença aos senhores para fazer uma inversão na pauta aproveitando a
50 presença das pessoas que trabalharam nesse processo de revitalização. Gostaria de inverter
51 porque o representante da EMATER e da SEMAD que estão aqui e vão se apresentarem
52 aos senhores porque eles têm compromissos inadiáveis. Seguiremos depois a nossa pauta.
53 Vou convidar os palestrantes para fazermos do item 9, o item 2 da nossa pauta.

54 Palestrantes:

- 55 • **Aluizio Fantini Valério:** Gerente Executivo do Programa de Revitalização e
56 Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio São Francisco.
- 57 • **Geraldo José dos Santos/;** Assessor do Secretário de Meio Ambiente José Carlos
58 Carvalho; trabalha no Comitê da Bacia do Rio São Francisco.

59 **Aluizio Fantini Valério, palestrante:**

60 APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA DE REVITALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO
61 SUSTENTÁVEL DA BACIA DO RIO SÃO FRANCISCO:

- 62 - Diferentes usos da água: recurso estratégico, finito e de valor econômico. É um bem
63 essencial. Temos como uso: irrigação pesca, geração de energia, água para uso
64 industrial e residencial, barragens, navegação, turismo e lazer e mineração.
- 65 - Objetivo do Programa: garantir a sustentabilidade das atividades antrópicas,
66 interferência do homem na Bacia. O programa estabelece ações prioritárias de curto,
67 médio e longo prazo. Dentro do enfoque de garantia de sustentabilidade, são objetivos
68 específicos: o aumento da oferta de água do ponto de vista quantitativo; a recuperação e
69 preservação do Meio Ambiente; a participação dos usuários no processo decisório, ou
70 seja, mobilização; a geração de emprego; a melhoria da qualidade de vida dos usuários,
71 preservando os recursos naturais. O programa propõe diferentes ações que visam à
72 melhoria e sustentabilidade desta Bacia.

73 Dimensão da Bacia:

74 640.000 Km. / 504 municípios distribuídos entre Minas Gerais, Goiás, Pernambuco, Bahia,
75 Alagoas e Sergipe. / 15.000.000 habitantes / 3.000 hectares irrigados. Dentro de Minas
76 Gerais a Bacia representa 40% da população da área e do PIB. Quando temos uma visão
77 geral da Bacia vemos como é notável a contribuição de Minas Gerais, porque de 72 a 75%
78 da água, quase 50% dos municípios, 38% da área da Bacia. E uma contribuição negativa de
79 aproximadamente de 75% de poluição da Bacia, especialmente ocasionada pela Bacia do
80 Velhas. Enfim, a inserção da bacia mineira do São Francisco relativamente no seu contexto
81 global é muito importante. Estas questões é que levaram o Governo de Minas a elaborar



82 este programa para que possa haver uma interface das ações do Governo de Minas e as
83 ações do Governo Federal em todo o corpo da bacia hidrográfica.

84 A elaboração da proposta deste Programa se baseou em diversos estudos conduzidos em
85 Minas Gerais na região do Paracatu, Verde, Grande e nos demais afluentes. Também
86 compõem a base de conhecimento para a geração do programa os Projetos Executivos de
87 caracterização e manejo integrado de bacias hidrográficas que foram desenvolvidos em 205
88 municípios através de um convênio assinado com a ANA e a EMATER. E um segundo
89 plano de Desenvolvimento Sustentável da Bacia Hidrográfica do Verde, Grande, região
90 mais problemática do ponto de vista da disputa de água.

91 A Transposição está no contexto de um Programa de desenvolvimento da Bacia. Em 1995 o
92 Presidente da República e vários governadores se reuniram em Recife e assinaram um
93 Termo de Compromisso pela vida do São Francisco. Este projeto visualiza este
94 compromisso. E a conclusão é muito simples, pois efetivamente, não aconteceram
95 progressos que nos tranquilizassem com relação a sustentabilidade da Bacia.

96 Princípios que sustentam o programa:

- 97 - Desenvolvimento econômico e social dentro da visão de sustentabilidade;
- 98 - Interdependência entre os recursos naturais e as ações antrópicas;
- 99 - Gestão das águas abrangendo aspectos de qualidade, quantidade e de seus diferentes
100 usos;
- 101 - Planejamento e gerenciamento compartilhados de forma que a sociedade expresse suas
102 vontades e conhecimentos;
- 103 - Obediência e interinstitucionalidade imprescindível ao projeto;
- 104 - Reconhecimento de que este programa tem impacto nacional;
- 105 - Educação Ambiental e capacitação de produtores e técnicos que atuam dentro da bacia.
- 106 - Transferência e adaptação da tecnologia gerada pela pesquisa;
- 107 - Disponibilização de material reprodutivo de qualidade;
- 108 - Recuperação e preservação de áreas degradadas;
- 109 - Recomposição da vegetação em áreas de nascentes, de topo e de recarga;
- 110 - Melhoria da infra-estrutura viária rural;
- 111 - Saneamento ambiental, uso adequado e manejo dos resíduos, rejeitos e efluentes
112 provenientes das atividades agrossilvopastoris.

113 “É preciso fazer todo um esforço de convergência para que este desafio seja vencido”.

114 A ANA e a EMATER assinaram um convênio para a elaboração de 200 projetos executivos
115 de Manejo Integrado de Sub-bacias hidrográficas. A escolha dessas Sub-bacias foi feita
116 pelas comunidades. É um projeto que exige uma mobilização sobre todos os aspectos.

117 Com a proposição de transpor as águas do Rio São Francisco, o entendimento que mais
118 contribui é de que não adianta fazer a transposição das águas, a não ser por uma questão da
119 água como benefício. O entendimento do programa é que as ações da revitalização são
120 fundamentais, à medida que se tenha o propósito de fazer transposição de águas. A miséria
121 não é só no Nordeste, ela está presente na cercania e imediações do Rio. O tema da
122 transposição gera polêmicas em suas discussões e conflitos. Minas é o grande contribuinte
123 deste projeto, por seu volume de água e pelos impactos que causa no curso do Rio São
124 Francisco, e tem na revitalização um histórico bem forte. Com este Comitê Minas passa a
125 ter uma posição mais firme e pró-ativa diante da transposição. Ao longo dos últimos quatro



126 ou cinco anos os recursos que foram direcionados para Minas, dentro da visão de
127 revitalização foram mais ou menos os mesmos recursos em valores quantitativos que foram
128 direcionados para outras áreas da bacia, em outros Estados, que não têm muitas vezes
129 nenhuma participação expressiva. E nós mineiros também não temos uma consciência
130 muito elaborada sobre os papéis de Minas neste contexto. Agora percebemos que existe
131 uma mudança de orientação política que levará os mineiros a discutirem qual é a
132 apropriação mais adequada de recursos no programa de revitalização. *A revitalização é o*
133 *componente mais importante no processo de transposição das águas do Rio São Francisco.*

134 Estimativa de custos:

135 2004 = R\$ 24.000.000

136 2005 / 2007 = R\$ 475.000.000

137 Atuação de diferentes organismos, secretarias e órgãos do Estado que participam
138 ativamente: Agricultura, Meio Ambiente, RURALMINAS, EPAMIG, EMATER e o Fundo
139 de Recuperação e Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas. O
140 esforço destes é que nos levarão a alcançar a revitalização. Agradeço e me desculpo pela
141 correria. Obrigado.

142 **Geraldo José dos Santos, palestrante:** Gostaria de agradecer primeiro ao Doutor. Shelley
143 a oportunidade de estar também nesta região, falando com os membros desta Regional. Este
144 é um trabalho extremamente importante que vai dizer para cada região, o seu melhor
145 caminho. Cumprimento também o Prefeito Cairo que é membro do Comitê desta Bacia
146 Hidrográfica.

147 Comitê da Bacia Hidrográfica: Ainda hoje existem dúvidas a respeito das ações que são
148 atribuídas ao Comitê. Todos nós gostaríamos que o Comitê fosse um órgão Executivo e que
149 tivesse recursos e que pudesse chegar junto de cada região da Bacia do São Francisco
150 buscando soluções e executando projetos e resolvendo efetivamente as questões que já
151 estão na “na garganta” das pessoas que vivem junto do São Francisco. Mas não é este o
152 caso. O Comitê da Bacia é uma organização surgida com a Lei 9433/97 e seria muito bom
153 que todos conhecessem esta Lei de perto. Porque esta Lei criou uma nova história da
154 Política de águas deste País. Foi a partir dela é que se descobriu: *A água é um bem escasso.*
155 Embora o nosso matuto pudesse vir aqui para dizer a todos nós que sua água estava
156 acabando, foi preciso esta Lei para que nós acreditássemos. A água acaba. Portanto é
157 dotada de um grande valor econômico. Esta foi uma abertura de consciência que esta lei
158 veio dar a todos nós. Outra questão importante desta Lei foi o estabelecimento de que a
159 sociedade também é responsável por estas águas. Não é somente o Governo responsável
160 por ela. Mas por outro lado, não é o Governo dono desta água. As águas são então um bem
161 público e todos têm a responsabilidade do zelo e o direito de dizer que esta deve ser
162 administrada por nós. Para isto existe o Comitê que representa todos os habitantes de cada
163 uma das Bacias. O Comitê deve ser antes de tudo, um representante da vontade das pessoas
164 que vivem naquela bacia. Os Comitês agregam usuários, prefeituras, sociedade civil
165 organizada, governos estaduais e Governo Federal. Têm a responsabilidade de agir como
166 um Parlamento das águas da bacia, ou seja, um Fórum de decisão no âmbito de cada bacia
167 hidrográfica. Mas não é um organismo executivo, portanto, não possui CNPJ, conta em
168 banco e para funcionar precisa do apoio da ANA. O recurso é passado para uma instituição
169 pública da Bacia que recebe o dinheiro e faz as despesas do Comitê. Alguns comitês devem



170 trabalhar na busca de possuírem a sua Agência de Água. Esta Agência de Água é o braço
171 técnico do Comitê e destina-se a gerir os recursos da cobrança pelo uso da água
172 desenvolvendo esta engenharia do sistema. A Agência possui CNPJ e é um organismo
173 executivo, devendo ser forte suficiente para planejar e executar ações de desenvolvimento
174 no interesse da bacia devendo estar pronta a assumir a postura de Agência de
175 desenvolvimento regional. As Agências e os Comitês integram o Sistema Nacional de
176 Gerenciamento de Recursos Hídricos. Portanto, fazemos parte deste Sistema Nacional que
177 congregam outros componentes. Minas Gerais representa 36,9% da área total da Bacia do
178 São Francisco e a população representa 60% do total da população do São Francisco.
179 73,5% do total de águas do São Francisco nascem em Minas Gerais. Os rios não têm
180 somente uma nascente e sim várias. E a principal nascente do Rio São Francisco está aqui
181 em São Roque de Minas. A posse da diretoria do Comitê se deu em maio de 2003, em São
182 Roque de Minas. Em 2003, de maio a outubro, se fez à estruturação interna do Comitê e em
183 outubro o Comitê foi “acuado” pelo Governo Federal para se posicionar relativamente ao
184 projeto do Governo de fazer a transposição de águas do Rio São Francisco para o Nordeste
185 Setentrional. Quando o Comitê, de maneira muito firme, já estabeleceu de que somente
186 falaria de transposição se houvesse um plano para a Bacia e que dentro deste plano se
187 pudesse saber então o que a transposição queria dizer. Queríamos estudar e discutir para
188 termos condição de dizer se a transposição ia afetar ou não, em que local e de que forma ela
189 afetaria a Bacia do São Francisco. Este foi um momento importante em que o Senhor Vice
190 Presidente, o Senhor Ministro da Integração Nacional e a Senhora Ministra do Meio
191 Ambiente reunidos com o Comitê em Penedo, nos diziam da necessidade de autorizarmos
192 ou assumirmos a transposição e nós pudemos dizer com uma votação quase completa que a
193 nossa postura era: primeiro nós vamos estudar e depois vamos conversar sobre este assunto.
194 Assumimos o compromisso sério de que o Comitê teria dentro de seis meses com um plano
195 para a bacia do São Francisco pronto. Planos são dinâmicos. Era possível fazer um plano
196 para o São Francisco e mesmo que não fosse o melhor nós teríamos um plano de qualidade
197 para o São Francisco dentro de seis meses. E isto aconteceu. A elaboração deste documento
198 se encerrou no mês de Abril e em seguida fomos legitimá-lo através de consultas públicas
199 na bacia. O Comitê da bacia quer ser o representante de quem está na bacia. Cada um dos
200 60 membros titulares tem atrás de si a representatividade de 250 mil pessoas. É uma
201 representatividade maior que a de um Deputado Federal. Este plano está no *site* da ANA.
202 Este plano de recursos hídricos e a responsabilidade do Comitê estão diretamente ligadas
203 com o gerenciamento de recursos hídricos. Os principais elementos desse gerenciamento
204 são a alocação, a outorga, o enquadramento, a cobrança, a fiscalização e o monitoramento.
205 Dentro desses elementos a alocação de água se mostrou um item muito importante porque
206 estávamos discutindo, dentro do plano da Bacia, o desejo do Governo de fazer transposição
207 de águas. Esta alocação de água, para dentro e fora de Bacia, precisava ser discutida e
208 muito bem estabelecida. E isto foi feito. Ficou claro que a única forma para se ter uma boa
209 gerência de recursos hídricos era a realização de um “pacto das águas”. Esse pacto que
210 precisaria envolver o Governo Federal, Governo Estadual e os Comitês de Bacias. Esses
211 Comitês devem ser o Comitê do São Francisco e os Comitês Tributários (Velhas,
212 Paracatu...). É o conjunto desses Comitês é que vão estudar e estabelecer suas políticas,
213 para que se possa chegar a um bom termo. Mas é preciso a presença dos Governos em



214 casos como: Outorga ou no Exercício do Poder de Polícia. Quando se fala em “Pacto das
215 águas” ou alocação, sempre se chega ao Uso e Ocupação dos Solos. Quem trabalha com
216 gerenciamento de Recursos Hídricos, tem que trabalhar com o binômio “solos e água”, ou
217 só estará trabalhando parte do problema. Quem quer buscar soluções para a água e não quer
218 buscar soluções para o solo, certamente não encontrará soluções para nenhum dos dois. O
219 binômio solo e água deve determinar ações e políticas. É preciso que seja bem observado.
220 Como último item coloco a “peste da erosão”, ela representa o que de pior existe de
221 poluição. Não existe nada pior do que a poluição de solos. Quando assoreamos um rio, e eu
222 digo “nós” porque quando não tomamos os cuidados adequados para controlar a erosão, nós
223 estamos assoreando o rio. Quando o Senhor Prefeito faz uma estrada mal traçada, ele está
224 assoreando o rio. A Lei de Crimes Ambientais deveria ser aplicada fortemente ao agente
225 poluidor. A erosão é crime ambiental que não está sendo olhada. Ou nós vamos encarar de
226 frente estes problemas ou vamos passar a mão na cabeça de quem não merece. Vamos
227 trabalhar as estradas para não termos o caminho das águas para sair arrebatando tudo e
228 atrapalhando fazendas e sítios ou acabando com as nossas nascentes. Nós temos que fazer a
229 cobrança das atitudes. Ou vamos continuar passando a mão na cabeça de quem não
230 merece? A erosão é exatamente a nossa perda de oportunidade de intervir no momento
231 único que nós podemos intervir no ciclo das águas, que é exatamente quando as águas
232 precipitam. As águas estão aí e nós temos que armazená-la no momento em que ela cai ou
233 estaremos perdendo tempo. Armazenamos a água não é exatamente nas barragens, a
234 natureza armazena a água nos lençóis. Lá não há evaporação e as águas entram limpas. É
235 pra lá que temos que encaminhar nossas águas. Perdemos esta oportunidade e
236 criminosamente acabamos com nosso solo. Perdemos a água e o solo, isto é erosão.
237 Sobre a Alocação de águas e sua complexidade: existem alguns fatores que interferem na
238 alocação, por exemplo, o crescimento da agricultura irrigada, energia elétrica, transposição
239 e outros. Os usos conflitantes da água são discutidos aqui. Tudo isto deve ser bem
240 organizado. A alocação faz parte da solução destes conflitos. Ao Comitê cabe a
241 responsabilidade de oferecer as diretrizes para a alocação e ele o faz através de
242 Deliberações. Comitê não estabelece o fato, estabelece diretrizes. Organismos devem
243 trabalhar obedecendo às diretrizes.
244 Transposição: a responsabilidade que tenho agora é de passar para vocês algumas coisas
245 que são os fatos para a Bacia do São Francisco e não para o Estado de Minas Gerais.
246 Comitê trabalha a Bacia Hidrográfica, nós não temos divisa de Estados. O que for bom para
247 Minas deverá ser bom para o Piauí. Piauí está na Bacia? Se fizerem a transposição de águas
248 daqui vamos ter o Piauí dentro da Bacia do São Francisco. Mas a verdade é que o que for
249 bom para Minas deve ser bom para os estados que naturalmente estão ao largo da Bacia.
250 Precisamos é discutir as questões da Bacia como importante para todos. Se for bom para
251 Minas e prejudicial a alguém, não é importante para a Bacia. Temos que trabalhar o que for
252 importante para a Bacia. O nível das discussões e propostas colocadas está no nível de
253 plano e não de projeto. Apenas como lembrete, alguns componentes da revitalização que
254 estão dentro do nosso plano, a Implantação do Sistema Integrado de Gerenciamento dos
255 Recursos Hídricos da Bacia, vai depender de um pacto. Temos que conversar muito.
256 Comitê é um parlamento das águas e infelizmente podemos ser contra muita coisa, mas não
257 podemos nunca fechar o diálogo. Seja com o amigo ou com o inimigo. Temos a



258 responsabilidade de continuar dialogando. Nós temos que continuar dialogando com o
259 Governo Federal a respeito de transposição. Temos de dialogar sempre. O segundo é o Uso
260 Sustentável dos Recursos Hídricos e Reabilitação Ambiental da Bacia. O Uso Sustentável é
261 a racionalização dos usos destes recursos. O terceiro, Serviços e Obras de Recursos
262 Hídricos e Uso da terra. E o quarto, Serviços e Obras de Saneamento Ambiental e a
263 Sustentabilidade Hídrica do Semi-árido. 60% da Bacia do São Francisco estão no Semi-
264 árido. Aquela região norte que está em calamidade pública está no Semi-árido. As soluções
265 que buscamos para o Semi-árido, estaremos buscando para o nosso Semi-árido. Nos
266 desafia implementar o plano com a liberação dos recursos identificados nos PPA. Nos
267 desafia entender que o plano é um mapa para se alcançar em determinado destino. O plano
268 é traçado de caminhos para atingirmos nosso objetivo. Algumas deliberações importantes
269 que foram votadas em Juazeiro, são elas que dão legitimidade ao Plano elaborado e dão
270 bases e diretrizes para este plano. São elas:

- 271 • A vazão máxima alocável na bacia: 360 m³ por segundo.
- 272 • A jusante de Três Marias a vazão máxima regularizável: 503 m³ por segundo
273 (provisoriamente).
- 274 • Sobradinho: 1815 m³ por segundos.
- 275 • Na foz: 1500 m³ por segundo.

276 Para que vocês entendam o que estes números estabelecem, aqui está um grande problema
277 para a Transposição de águas: é necessário ter uma vazão mínima de 1500 m³ por segundo
278 na Foz ou 1500 m³ enquanto média. Portanto, num grande trecho do ano preciso desta
279 quantidade de água vazando. É provável que vocês já tenham visto que o Governo quer
280 transpor 1% da vazão do rio. E uma vazão que está se perdendo para o mar. Mas nós
281 achamos que não estamos perdendo vazão para o mar. Nós somos responsáveis por um
282 ecossistema que exige termos estas vazões. Sem elas nem os animais, nem a fauna e nem os
283 “animais barbados” que ficam ao largo do rio ou em Brasília sobreviveriam sem estas
284 vazões. É uma recomendação do Comitê aos Órgãos gestores que se inicie com a maior
285 brevidade possível a revisão das Outorgas concedidas. Estas vazões concedidas hoje estão
286 na faixa de 360 m³, ou seja, o total já alocado. Se isto estivesse exatamente na prática, nós
287 não teríamos condições de alocar 1 m³ mais. Embora se tenha 360 m³, utilizamos hoje
288 apenas 90 m³. Há que se fazer uma revisão de Outorgas, porque existe água que pode ser
289 utilizada para outros objetivos e que está, digamos, em um banco de reserva de domínio.
290 Isto não quer dizer, que estamos prejudicando projetos que estão em construção. O que o
291 Comitê busca é que os projetos que estão paralisados e que não foram implementados, que
292 o sejam. E que utilizem a água e que façam o progresso. Dar início a um processo de
293 construção do Pacto de Águas da Bacia, através de um convênio de gestão integrada,
294 envolvendo União, Estado, Comitê do São Francisco e Comitês dos Afluentes. A respeito
295 da Transposição: o Governo ficou de nos apresentar até o dia 28 deste mês, novas
296 propostas. Os dados que nos foram apresentados até hoje: eixo norte (localizado logo
297 abaixo da Barragem Sobradinho) para levar água para o Ceará, e Rio Grande do Norte e,
298 ainda, Pernambuco – 99 m³, por segundo. Atravessando um desnível de 165 metros. E eixo
299 leste, que deverá retirar 28 m³ por segundo, rompendo um desnível de 300 metros para
300 levar água para Paraíba e um pouco para Pernambuco. Cada vez que lerem que quem for



301 contra a Transposição é porque não bebeu daquela água suja, não acreditem. São 2000
302 quilômetros de distância que deixarão toda a área da Bacia a “ver areia”. Por isso nós
303 queremos discutir esta proposta. Queremos saber por que nós outros que estamos na Bahia,
304 em Pernambuco, em Minas Gerais e ao largo da Bacia, a cinco quilômetros da calha,
305 morrendo de sede porque a água não chega, morrendo de fome porque os projetos não
306 andam. E estamos falando de um grave Semi-árido dentro da Bacia. Porque que não somos
307 merecedores da mesma atenção? Exatamente por isso queremos discutir o plano da Bacia.
308 Porque neste plano está dito: nós queremos negociar transposição dentro de um aspecto
309 mais amplo. Dentro de um plano de desenvolvimento para uma região muito pobre. E se
310 houver a necessidade de se levar água para determinadas regiões, que os projetos técnicos
311 possam nos dizer de quanto e para onde levar estas águas. Que força temos nós? Também
312 queremos saber que força teremos todos quando sairmos em busca de um só objetivo?
313 Somos muitas gotas que queremos reunir para que, enfim, possamos fazer alguma coisa de
314 útil. Se fizermos separadamente, certamente, seremos apenas gotas.

315 **Dr. Shelley de Souza Carneiro, Secretário-adjunto:** vamos abrir um pequeno debate.

316 **Conselheiro Cairo e Prefeito de São Roque (não se identificou):** na condição de
317 anfitrião, quero dar as boas vindas a todos os Conselheiros. E na condição de membro
318 titular do Comitê Nacional da Bacia do São Francisco, tenho certeza que com anuência do
319 Secretário de Estado José Carlos Carvalho, eu quero registrar o agradecimento em nome
320 dos 60 membros do Comitê da Bacia aos dois palestrantes que discorreram sobre o Comitê
321 da Bacia do São Francisco.

322 **Dr. Shelley de Souza Carneiro, Secretário-adjunto:** foram informações importantes.
323 Esta região representa não só a nascente do rio, pois ela é percorrida por boa parte dele. Por
324 isso queremos trazer estas informações. Muitos dos assuntos do Rio São Francisco vão cair
325 aqui. O Conselho de Política Ambiental dever conhecer a realidade desta região. Então,
326 gostaria de agradecer aos palestrantes por estas informações que muitas vezes ficam
327 escondidas.

328 **Conselheiro Cairo e Prefeito de São Roque (não se identificou):** gostaria de formalizar
329 uma pergunta sobre uma questão que preocupou todos os membros do Comitê. Sobre a
330 transposição de águas para o Setentrional. Nós membros do Comitê, não tivemos acesso,
331 até o presente momento, ao Projeto Executivo que o Governo Federal pretende construir
332 para fazer esta transposição. Neste momento, em que se estabelece cotas máximas
333 disponibilizadas para a transposição, como para a dessedentação de animais, como isso é
334 possível se não conhecemos o projeto executivo que iria determinar na sua envergadura o
335 volume de águas que seria eventualmente transposto? Em uma reunião realizada no CREA
336 este se mostrou bastante preocupado porque nem mesmo ele conhece este projeto e o
337 Governo pretende licitá-lo. Que informação o Senhor teria para o COPAM a respeito da
338 existência e de qual envergadura deste projeto? E quando o Comitê teria ou terá acesso a
339 este projeto de engenharia da transposição de águas?

340 **Geraldo José dos Santos, palestrante:** a pergunta é a respeito de onde estão as
341 informações do projeto para que se possa discutir sobre elas. Nós também ainda não
342 recebemos definitivamente este projeto do governo. A informações que dispomos é a
343 respeito do volume de águas transposto e parece que não vão mudar. Não existe muita
344 possibilidade de mudar esta proposta do governo. Os projetos em si ainda não estão



345 colocados às discussões públicas. Estão ainda, nas gavetas do Governo Federal. Nós
346 devemos receber as justificativas para o pedido de transposição de águas e os seus volumes
347 no prazo máximo, no dia 28 deste mês. O que vamos fazer em seguida? Vamos pegar estas
348 informações e vamos ter um Parecer Técnico das Câmaras Técnicas de Outorga, Cobrança
349 e Política. Com este Parecer, a partir do dia 14, vamos fazer uma terceira peregrinação pela
350 Bacia com os representantes do Governo Federal e com as nossas interpretações sobre as
351 informações do governo. Para que o governo diga aos membros do Comitê as suas
352 pretensões e para que o Comitê possa também apresentar as suas conclusões sobre os dados
353 que lhe foram apresentados.

354 **Conselheiro Cairo e Prefeito de São Roque (não se identificou):** A nosso ver o Governo
355 Federal está fazendo uma inversão. Ele já tem hoje um Plano Executivo pronto para ser
356 licitado para a transposição de águas. Este projeto contempla um determinado volume de
357 águas a ser transposto. O Comitê não o conhece, porém o Comitê tem estabelecido o
358 volume mínimo de águas para ser transposto. Essa é nossa grande preocupação! Porque na
359 reunião realizada em Penedo o Ministro Ciro Gomes chegou a dizer que já estava pronto
360 para poder licitar a contratação e execução da obra, sem que houvesse uma anuência do
361 Comitê. Como isso é possível? Você tem um Projeto Executivo pronto, que prevê uma
362 transposição de um volume que ninguém conhece até agora qual a sua metragem cúbica por
363 segundo? Sendo que o Comitê já estabeleceu os limites mínimos! Esta é a nossa grande
364 preocupação.

365 **Geraldo José dos Santos, palestrante:** Parece quase impossível que os números que
366 temos do Governo hoje, se modifiquem. São 127 m³ por segundo, sendo na faixa de 25 a 26
367 metros para dessedentação de animais e consumo humano. O restante para irrigação.
368 Gostaria, ainda, de dizer que Duda Mendonça (maior marqueteiro do país) deverá assumir o
369 projeto da transposição para vendê-lo a todos nós assim que ele terminar a campanha de
370 Marta Suplicy.

371 **Alex Fernandes Santiago, Coordenador da Promotoria da Bacia do Alto São**
372 **Francisco:** Queria parabenizar os palestrantes e a intervenção do Prefeito de São Roque de
373 Minas e externar a posição do Ministério Público quanto à transposição. Ela é exatamente
374 igual à posição do Comitê: não há que se cogitar qualquer discussão a respeito da
375 transposição sem antes discutir necessariamente a revitalização. Esta foi a conclusão de
376 número 14 do Segundo Congresso Nacional do Ministério Público e da Magistratura na
377 reunião realizada em setembro, em Araxá. O que nos causa estranheza é que já foi enviado
378 para o orçamento o montante da obra, sem o devido licenciamento e sem que haja Outorga.
379 Há um completo atropelo da Legislação Ambiental. Já temos o valor de uma obra que
380 sequer foi aprovada. Isto gera sérios questionamentos.

381 **Item dois, Comunicado dos Conselheiros.**

382 **Alex Fernandes Santiago, Coordenador da Promotoria da Bacia do Alto São**
383 **Francisco:** Convido a todos para a caminhada que será feita no Município de Itapeçerica,
384 no sábado, para visitar a nascente do Rio Itapeçerica. Como atividade prevista no
385 desenvolvimento do projeto “Nova Margem”. Haverá também o plantio de mudas no
386 perímetro urbano de Divinópolis.

387 **Roberto Soares Nogueira, FEDERAMINAS:** Informou o adiamento da assembléia do
388 Comitê de Bacia do Rio Pará, a nova data será informada aos membros.



389 **Lessandro Gabriel, Associação Ambientalista do Alto São Francisco:** Gostaria de fazer
390 um agradecimento pela Lei 15.375 sancionada pelo Governador Aécio Neves.
391 Reconhecimento de Utilidade pública da Associação Ambientalista perante o Estado de
392 Minas Gerais. Gostaria de fazer um convite: sábado estaremos inaugurando em Lagoa da
393 Prata a sede da ASCALP. Queria abordar também outra questão: estive na semana passada
394 no Rio de Janeiro, na 4ª Conferência Internacional Verde das Américas, lá foi citado que os
395 Órgãos IEF e IGAM estavam patrocinando o evento, porém não estavam representados por
396 ninguém. Fico triste de saber que estes órgãos patrocinaram eventos fora de Minas Gerais e
397 não havia sequer um representante legal destes órgãos.

398 **Dr. Shelley de Souza Carneiro, Secretário-adjunto:** Eu trarei uma resposta na próxima
399 reunião. Ontem foi realizada a reunião do Conselho de Recurso Hídricos e foi aprovada a
400 divisão da Bacia do Rio Manhuaçu. Foi dividido o Rio Caratinga do Rio Manhuaçu. Na
401 próxima reunião entra em votação a Comissão do Comitê deste rio. Também terminaram os
402 trabalhos da cobrança pelo uso da água. E a partir deste momento vamos começar a discutir
403 as arestas da cobrança pelo uso da água.

404 **Conselheiro Capitão Valmir:** Gostaria de expor que a Polícia Militar também preocupada
405 com este projeto de Desenvolvimento Sustentável do Rio São Francisco, estamos aqui,
406 hoje, com a presença de dois Capitães que comandam Companhias Especializadas de
407 Policiamento Ambiental: Capitão Rodrigo e Capitão Venceslau que vieram prestigiar a
408 palestra.

409 **Dr. Shelley de Souza Carneiro, Secretário-adjunto:** A Polícia é um quarto braço da
410 Secretaria, que desenvolve um trabalho muito importante. Gostaria também de dizer sobre a
411 integração da Polícia Militar com todas as sete regionais. É uma surpresa muito boa ver esta
412 presença tão ativa.

413 **Item 3) Exame de Atas de Reuniões da URC/COPAM**

414 Aprovada por unanimidade a ata da 2ª Reunião realizada em 03/06/2004.

415 Aprovada por unanimidade a ata da 3ª Reunião realizada em 22/06/2004, com a seguinte
416 alteração: página 18, linha 823, retificar a ortografia correta da palavra *ocorre*.

417 Aprovada por unanimidade a ata da 4ª Reunião realizada em 27/07/2004.

418 Aprovada por unanimidade a ata da 5ª Reunião realizada em 19/08/2004, com a seguinte
419 alteração: página 18, retificar que o nome correto do Conselheiro é *Valmir José Fagundes*.

420 **Dr. Alex Fernandes Santiago:** gostaria de elogiar a sensível melhora na transcrição das
421 atas.

422 **Item 4) Dr. Shelley de Souza Carneiro: Processo administrativo de Licença de** 423 **Operação (Itaúna Alumínios Ltda- metalurgia de metais não ferrosos – Itaúna MG –** 424 **218/ 2000/ 001/ 2000) - FEAM**

425 Leitura do Parecer técnico: após a análise do RCA/PCA, e pelo exposto, este parecer é
426 favorável à concessão da Licença de Operação Corretiva requerida pela empresa,
427 condicionando-a ao cumprimento das recomendações constantes ao anexo I e II e ao
428 atendimento aos padrões de Legislação Ambiental vigente no Estado de Minas Gerais.

429 Leitura do Parecer Jurídico: Diante do exposto encaminhamos o processo à Egrégia Câmara
430 de Atividades Industriais do COPAM, recomendando a concessão da licença, nos termos do
431 parecer técnico.

432 Em discussão:



433 **Alex Fernandes Santiago, Promotor de Justiça:** gostaria de um esclarecimento da equipe
434 técnica quanto a condicionante número dois: apresentar monitoramento da pressão sonora
435 no entorno do empreendimento. Não seria interessante acrescer à redação desta
436 condicionante que, na possibilidade de haver uma medição superior a legislação vigente,
437 que ela apresente um projeto para corrigir a situação?

438 **Claudinei Hermes, Técnico do Núcleo de Apoio ao Conselho de Política Ambiental:**
439 com relação ao monitoramento de ruídos, consta no anexo II das condicionantes, que este
440 monitoramento deve ser realizado anualmente. Apesar de constar no anexo I, que este
441 monitoramento seja realizado a cada dois meses. Então, vai haver um acompanhamento
442 deste monitoramento de ruídos no entorno do empreendimento. Caso haja alguma
443 divergência, saindo dos parâmetros da legislação, a equipe técnica solicita medidas de
444 adequação para que a empresa possa enquadrar o monitoramento dentro do que é exigido.
445 Isto já é uma consequência do monitoramento fora dos padrões.

446 **Alex Fernandes Santiago Promotor de Justiça:** acho que seria interessante inserir como
447 condicionante para que fique a fiscalização, através do corpo técnico e do COPAM, com
448 implicação para o licenciamento no futuro. Além disso, o imóvel está situado em Zona
449 Rural. Por isso, gostaria de incluir a nona condicionante: averbar reserva legal e apresentar
450 projeto de recomposição, se necessário, no prazo de 6 meses.

451 **Roberto Soares Nogueira, FEDERAMINAS:** esta empresa está situada em Itaúna e eu a
452 visitei para ver se o que está no processo condizia com a realidade. E esta se situa em um
453 Distrito Industrial que foi criado recentemente, ele é considerado Zona Rural, mas é um
454 Distrito Industrial.

455 **Alex Fernandes Santiago, Promotor de Justiça:** surgiu uma informação nova e não
456 desmerecendo qualquer das fontes, cabe a nós tirar a prova. Isto se dá através de Certidão
457 do Registro de Imóveis e ainda averiguando junto ao município se situa em área urbana,
458 área de expansão ou não. Sugiro que seja retirada da pauta este processo para averiguação
459 dos dados.

460 **Dr. Shelley de Souza Carneiro, Secretário-adjunto:** a empresa está presente? Não. Então
461 a pedido do Conselheiro nós tiramos de pauta. Os técnicos estiveram no local? Não.

462 **Roberto Soares Nogueira, FEDERAMINAS:** a FEAM fez uma vistoria, existe uma Auto
463 de Fiscalização feito nesta semana lá. Eu tenho cópia deste Auto. Não cita exatamente que
464 é um Distrito Industrial, mas está ao lado da INTERCAST, estando visível para quem passa
465 pela MG 050. A FEAM esteve na empresa esta semana no dia 20.

466 **Alex Fernandes Santiago, Promotor de Justiça:** peço vistas do processo.

467 **Lessandro Gabriel, Associação ambientalista Alto São Francisco:** aqui também não
468 consta a adequação dos resíduos sólidos e restos da empresa. Gostaria que fosse colocado
469 em pauta.

470 **Claudinei Hermes, Técnico do Núcleo de Apoio ao Conselho de Política Ambiental:**
471 com relação aos resíduos sólidos está colocado como condicionante, no anexo II, o
472 acompanhamento do quadro de resíduos, onde a empresa informa com uma frequência
473 definida no parecer. Ela apresenta todo gerenciamento dos resíduos da empresa.

474 **Dr. Shelley de Souza Carneiro, Secretário-adjunto:** foi até bom ter retirado o processo
475 de pauta pelo fato dos técnicos não terem visitado a empresa. Fica um negócio burocrático
476 e nós estamos fadados a cometer erros. Foi pedido vistas, podemos ir ao local e verificar.



477 **Claudinei Hermes, Técnico do Núcleo de Apoio ao Conselho de Política Ambiental:**
478 apenas gostaria de colocar que estes processos vieram da FEAM.

479 **Dr. Shelley de Souza Carneiro, Secretário-adjunto:** tudo bem. Só estou esclarecendo
480 que deveria estar aqui o técnico que realizou a vistoria. Se não está, passa agora para a
481 Unidade Regional. O Dr. Alex está pedindo vistas e vocês vão dar todo o suporte para que
482 na próxima reunião isto esteja devidamente equacionado, com as informações completas.
483 *Devido às dúvidas com relação à localização do empreendimento foi solicitada vistas ao*
484 *Processo pelo Conselheiro Alex Fernandes Santiago.*

485 **Item 5) Dr. Shelley de Souza Carneiro: Processo administrativo de Licença de**
486 **Operação (Calcinação Lasmar – aplicação de cal – Formiga MG – 009/ 2003/ 001/**
487 **2003) - FEAM**

488 Leitura do Parecer técnico: Após a análise de toda a documentação, incluindo a PCA
489 elaborado pela consultoria contratada e após vistoria técnica realizada pela FEAM,
490 concluiu-se pela viabilidade ambiental do empreendimento, sendo, portanto este parecer
491 favorável à concessão da Licença de Operação Corretiva, respeitadas as condicionantes dos
492 Anexos I e II.

493 Parecer Jurídico: Diante do exposto encaminhamos o processo
494 à Unidade Regional Colegiada do COPAM do Alto São Francisco, recomendando a
495 concessão da licença, nos termos do pareceres técnico e jurídico da FEAM.

496 Em discussão.

497 **Eustáquio Valério, ABES:** no parecer jurídico está escrito que a empresa não comprova a
498 origem da matéria prima calcária que será utilizada no processo industrial. E por que não
499 cita a origem da lenha? Já que no parecer técnico está escrito que o processo de calcinação
500 é realizado com a queima da lenha de eucalipto.

501 **Raquel, Procuradoria Jurídica da FEAM:** consta nos autos o Certificado de Registro do
502 IEF. Esta questão já foi ultrapassada. No processo tem a origem de um fornecedor, porém
503 este só tem a licença prévia e um Termo de Ajustamento de Conduta firmado com o
504 Ministério Público. Esta fase da licença não o autoriza a exercer a lavra propriamente dita.
505 Nestes casos a procuradoria tem entendido e colocado esta condicionante padrão deferida
506 para todos os processos onde não se comprova efetivamente a licença de operação do
507 fornecedor.

508 **Eustáquio Valério, ABES:** também no parecer jurídico está escrito: visando comprar
509 matéria prima de origem legalmente licenciada e comprovada, prazo de dois anos. Eu
510 gostaria de saber se este tempo de dois anos não é grande o suficiente para comprovar a
511 origem das matérias primas.

512 **Raquel, Procuradoria Jurídica da FEAM:** a condicionante tem duas partes. A primeira
513 parte pede que ele faça uma lista com todos os fornecedores de matéria prima daquele
514 empreendimento. Ele terá o prazo de 60 dias para fornecer esta informação. Diante disto é
515 que o órgão ambiental vai verificar os empreendimentos que estão adequados e os que não
516 estão. Este é instrumento para buscar a regularização destes empreendimentos. Em se
517 tratando de matéria prima de origem mineral, temos uma interface muito grande com o
518 DNPM. Especificamente o calcário está sob o regime de concessão. Acho que dois anos é
519 um prazo até pequeno para se obter a licença de operação, que é o que vai respaldar a
520 operação legalizada do empreendimento.



521 **Eustáquio Valério, ABES:** no caso da lenha, também serão dois anos?
522 **Raquel, Procuradoria Jurídica da FEAM:** no caso da lenha ele já comprovou, através do
523 Certificado de Registro. A origem da lenha está sendo é abordada no grupo de trabalho.
524 **Roberto Soares Nogueira, FEDERAMINAS:** pelo parecer técnico a empresa utiliza de
525 água proveniente de uma cisterna, sabemos, passível de ser água contaminada. Gostaria de
526 sugerir como oitava condicionante que seja providenciada água potável para consumo
527 humano.
528 **Raquel, Procuradoria Jurídica da FEAM:** a água foi outorgada pelo IGAM.
529 **Conselheiro Capitão Valmir:** esta situação dos dois anos para comprovação da origem da
530 pedra calcária é realmente preocupante. Estivemos no mês de agosto, realizando uma
531 operação e, dos sete locais visitados, seis estavam irregulares. E o que está fomentando esta
532 degradação ambiental é exatamente os produtores que estão adquirindo esta pedra calcária
533 de forma irregular. Logicamente existe um problema social. Às vezes a população não tem
534 outra fonte de renda. Mas o Estado tem que comparecer e viabilizar talvez outra fonte de
535 renda. Por que, certamente ou dificilmente, a solução será a exploração daquelas pedras
536 calcárias. Estão dilapidando aquele patrimônio. Eu sugiro que seja reduzido este prazo para
537 um ano. Mesmo contrariado. Deveria ser realmente comprado de uma mineradora
538 devidamente licenciada.
539 **Marcelo Antônio, IBAMA:** isto já havia sido matéria de discussão em outra reunião, pelo
540 mesmo motivo que o Conselheiro acabou de abordar. Foi sugerido também um prazo de
541 seis meses.
542 **Raquel, Procuradoria Jurídica da FEAM:** devemos trabalhar com a realidade. Nos casos
543 desses licenciamento da formação do grupo (Bambuí Arcos, Paíns, Córrego Fundo) temos
544 uma situação específica. Além da interface necessária com DNPM temos também a
545 situação da área cárstica. Todos os processos de licenciamento devem agregar o valor do
546 IBAMA, órgão responsável pelas áreas cársticas. Temos diversos processos que estão
547 parados com o IBAMA. Quando deliberamos uma condicionante de seis meses corremos o
548 risco de deliberar uma condicionante que não é exequível. Ela vai voltar para pedir com
549 pedido de prorrogação. Esta é a dificuldade do ajuste. Se o Conselheiro reparar, este prazo
550 normalmente é metade do prazo de validade da licença de operação para se evitar o pedido
551 de prorrogação da condicionante.
552 **Dr. Shelley de Souza Carneiro, Secretário-adjunto:** sei que este problema é muito
553 discutível. Nada impede de discutirmos profundamente o problema da área cárstica.
554 Inclusive nossa próxima reunião será em Paíns, exatamente para discutirmos este problema.
555 Estamos com um grande grupo já estudando e procurando um entendimento para
556 regulamentar este problema no Estado de Minas Gerais. Já existe muita gente trabalhando
557 de maneira correta e de maneira sustentável. O que foi dito pela Dr. Raquel não é uma coisa
558 nova e inclusive, se houver uma definição de um grupo que estudou este projeto, estes
559 prazos poderão ser alterado.
560 **Raquel, Procuradoria Jurídica da FEAM:** talvez fosse interessante que a Câmara fizesse
561 uma Moção ao grupo de trabalho. Este grupo está estudando inclusive o Termo de
562 Referência para o licenciamento de área cárstica. Esta Moção iria ajudar.
563 **Alex Fernandes Santiago, Promotor de Justiça:** entendemos a colocação Dr. Raquel. Ela
564 lembrou a questão da realidade do procedimento. Temos uma realidade muito mais drástica



565 que é a da área cárstica. Atividades micro mineradoras na região cárstica estão levando a
566 completa degradação. Temos patrimônio arqueológico completamente destruído, estão
567 fornecendo para as empresas de calcinação e nós estaremos homologando esta situação.
568 Não podemos ser agentes confirmadores de uma realidade equivocada. Cabe ao DNPM
569 mudar seu procedimento e este será um importante instrumento de pressão nosso. Se o
570 IBAMA ou qualquer outro órgão tiver paralisia cabe a nós forçar esta pessoas a ir nestes
571 órgãos reclamar. Por isso, a importância de que este prazo seja reduzido. E lembrando que
572 o fato de dar um ano para adequar não afasta o crime, se a Polícia Militar encontrar infração
573 neste sentido, quem está lavrando inadequadamente será autuado e encaminhado para o
574 Ministério Público.

575 **Dr. Shelley de Souza Carneiro, Secretário-adjunto:** vocês é quem vão votar e decidir o
576 prazo. Sem querer justificar o prazo de dois anos. Este processo foi tecnicamente analisado
577 para chegar aqui. Não é um projeto da degradação daquela região. Temos que mostrar as
578 dificuldades do prazo.

579 **Capitão Valmir José Fagundes:** a questão é sobre a aquisição da pedra que está sendo
580 adquirida de mineradoras irregulares. A questão do beneficiamento dela não estamos
581 questionando e, sim, a origem da matéria prima. Esta origem é que está causando a
582 degradação.

583 **Dr. Shelley de Souza Carneiro, Secretário-adjunto:** esta é uma das preocupações. Não
584 só na Zona Cárstica, mas também do carvão e cana-de-açúcar. Existe uma discussão grande
585 neste âmbito de que a empresa, ao tirar o licenciamento, os seus fornecedores e
586 compradores tenham que ter licenciamento. Como a empresa obrigaria o seu fornecedor?
587 Cabe ao governo exigirem o licenciamento e não ao comprador. Isto está sendo discutido
588 em Belo Horizonte.

589 **Alex Fernandes Santiago, Promotor de Justiça:** mais uma vez a questão da reserva legal.
590 Calcinação Lasmar está localizada em zona rural do município de Formiga. Sugiro a adição
591 de condicionante que seja averbada a reserva legal no prazo de seis meses e apresentado o
592 projeto de recomposição, se necessário no prazo, de três meses após averbação. Além disto,
593 no item 2.3 relatam-se que houve medições em forno e que estas superaram o padrão
594 permitido. Como os fornos operam com tiragem natural estas emissões estarão bastantes
595 reduzidas. Gerando conseqüências nas condicionantes que se for constatada necessidade de
596 implantação de sistema antipolvente no forno, esta medida será solicitada oportunamente.
597 Não existe um prazo definido. Eu parto da filosofia que o momento maior da fiscalização é
598 o licenciamento, até pelas dificuldades que enfrentam os órgãos. A revisão da Deliberação
599 Normativa mostra isto. Eu acredito que devemos modificar a redação para que a
600 implantação do sistema antipolvente no forno seja imediata. Devemos ter um padrão do
601 bom, nosso objetivo tem que ser o bom. Esse sistema certamente será benéfico para a
602 questão dos efluentes atmosféricos. Sugiro a modificação da condicionante número 5 para
603 que sejam implantado o sistema de antipolvente no forno, com benefício de toda a
604 população, no prazo de 12 meses.

605 **Luiz Gonzaga, FEAM:** não posso, em nenhum momento, prescindir da manifestação do
606 colega Claudinei. Segundo lugar, reforçar uma colocação feita antes. Quando os pareceres
607 técnicos que estiverem em apreciação, que seja uma exigência, que os autores estejam aqui.
608 Eles, como autores, foram analistas e fiscais e têm uma percepção real da situação e podem



609 relatar com muito mais pertinência. Na observação com relação ao item 2.3, eu entendo
610 que o fiscal esteve lá e estimou que está dentro do padrão de 20%. Cita-se que não foram
611 apresentadas as propostas exatamente porque dentro de uma avaliação feita desta forma a
612 empresa e o consultor haviam concluído neste sentido, que não carecia. A condicionante
613 coloca que oportunamente poderão ser solicitadas medidas de ajuste. Isto é na hipótese de
614 qualquer alteração. No PCA entendeu-se que não havia necessidade de uma medida
615 específica de controle do forno.

616 **Alex Fernandes Santiago, Promotor de Justiça:** vamos ao item 2.3 / Impactos
617 identificados/efluentes atmosféricos. A única medição realizada deu um resultado maior
618 que o permitido. O técnico coloca que como os fornos operam em tiragem natural as
619 emissões estarão reduzidas. Eu entendo que é uma ilação e não um dado objetivamente
620 confirmado. Não houve uma medição quanto a tiragem natural. Não houve, na minha visão
621 de leigo, uma medida que nos comprovasse que as emissões estariam abaixo da lei e que a
622 única medida que houve dentro do forno, esta apresentou um resultado acima do permitido.
623 Adicionando a falta de uma medição específica à preocupação que temos com as doenças
624 respiratórias, sugiro que seja modificada a condicionante 5. Retirar tudo “desde se... até
625 necessidade” e exigir imediatamente a implantação do sistema antipolvente no forno. As
626 condicionantes têm como objetivo o Meio Ambiente ecologicamente equilibrado. O ideal
627 não é termos o sistema de controle de emissões de atmosféricos? É exigível? Um prazo de
628 doze meses não seria interessante? Então, eu sugiro que seja colocada esta condicionante.

629 **Luiz Gonzaga, FEAM:** é lamentável e quero reforçar a obrigação do autor sempre estar
630 nos julgamentos porque ele esclarece o que não está claro. Me parece que fala aqui em dois
631 fornos. Ou de fornos em duas situações com tiragem forçada e com tiragem natural. A
632 condicionante sobre tratar o efluente e adequá-lo ao padrão é primordial. Isto é feito com
633 base no diagnóstico, analisa-se a emissão, constata-se se está dentro do padrão e, estando
634 fora, quão fora está. O projeto de engenharia e o equipamento acoplado para controle é
635 função disto. Deve haver uma perfeita caracterização das emissões. O diagnóstico claro é
636 importante.

637 **Dr. Shelley de Souza Carneiro, Secretário-adjunto:** não tem prazo. Fica aberto. O
638 importante aí é a avaliação, para se saber o que deve ou não ser feito.

639 **Claudinei Hermes, Técnico da Unidade Regional Alto São Francisco:** especificamente
640 esta empresa eu não conheço. Mas já participei da elaboração de parecer técnico de
641 empresas similares. Aqui colocam-se duas situações, onde uma está relacionada com uma
642 exaustão forçada em condição pior ambiental através de uma chaminé acoplada ao forno.
643 Quando se trata de uma tiragem natural, a chaminé é a própria entrada de matéria prima no
644 forno. A comparação feita no parecer é muito pertinente. A escala Ringelman é visual. Está
645 visualmente constatado que há uma transparência nos gases que são exauridos do forno.
646 Esta situação pior de uma exaustão forçada, quando colocada bem próxima do padrão de
647 emissão é julgado tecnicamente para não adoção de equipamentos no forno de tiragem
648 natural. Inclusive a DN 70 não exige o licenciamento dessas empresas que são de baixo
649 impacto ambiental. Gostaria de sugerir que fosse colocada como observação e não como
650 condicionante. Ela não tem o prazo de validade para execução, mas como pode ser
651 colocada como uma observação da condicionante.



652 **Dr. Shelley de Souza Carneiro, Secretário-adjunto:** os métodos de avaliação de chaminé
653 são imensos hoje. A tecnologia cresceu muito. Este método utilizado, a escala Ringelman é
654 muito deficiente e sua avaliação é incerta, porém é um método barato. O problema é custo,
655 se procura um valor baixo e não fica bem feito. Eu acho que nós deveríamos pedir, pelo
656 menos, uma avaliação melhor. Como é que você vai avaliar e dizer que se está poluindo
657 acima dos limites ou não. Mesmo porque a avaliação do forno é descontínua. Deveria se
658 pedir uma avaliação dentro de limites técnicos mais adequados e dar um prazo. Não existe
659 condicionante sem prazo.

660 **Lucélio Nativo, FIEMG:** se continuar, de vez em quando, pingando licenciamento deste
661 jeito e sempre com estas respostas, continuará com o mesmo problema. Temos que pensar
662 globalmente e agir localmente. Se pensar isoladamente em um forno terá um baixo grau de
663 poluição atmosférica. Porém, como foi citado, naquela região não tem apenas um forno e
664 sim, centenas. É preciso pensar soluções e tomar medidas maiores.

665 **Eustáquio Valério, ABES:** em relação ao questionamento sobre o tratamento de água na
666 zona rural. A empresa possui apenas oito funcionários e o custo da implantação do sistema
667 de tratamento de água é caro. Portanto, eu sugiro que a água potável seja levada de um
668 centro.

669 **Roberto Soares Nogueira, FEDRAMINAS:** em momento algum pedimos que fosse
670 montada uma estação de tratamento de água. Queremos que seja disponibilizada para
671 consumo humano a água potável.

672 **Dr. Shelley de Souza Carneiro, Secretário-adjunto:** gostaria de colocar o documento
673 como um todo em votação e depois votaremos item por item das propostas de
674 condicionantes.

675 **Licença concedida nos termos dos pareceres técnico e jurídico da FEAM, com as**
676 **seguintes alterações:**

677 -Condicionante 8: disponibilizar água potável para o consumo humano. Prazo de dois
678 meses.

679 -Condicionante 9: averbação da Reserva Legal, prazo de seis meses. Apresentação do
680 projeto de recomposição, se necessário, três meses após a averbação.

681 -Condicionante 10: apresentar licença ambiental dos empreendimentos fornecedores e das
682 substâncias minerais. Prazo de 60 dias. Caso não sejam licenciadas pelo órgão ambiental
683 competente, deverá o empreendedor adequar-se ao quadro de fornecedores. Visando
684 comprar matéria prima de origem legalmente licenciada e comprovada. *Prazo de um ano.*
685 *Proposta votada com divergencia pelo Conselheiro Cairo Manoel de Oliveira.* A favor da
686 manutenção do parecer original, prazo de dois anos.

687 **Lucélio Nativo, FIEMG:** na região existem muitas empresas boas e que estão licenciadas.
688 Fica uma concorrência desleal para as empresas que possuem o licenciamento, elevando o
689 seu custo. Por isso, temos quer reforçar esta questão e dar preferência para o fornecedor que
690 já está licenciado.

691 **Alex Fernandes Santiago, Promotor de Justiça:** Lei de crimes ambientais. Eu não posso
692 adquirir de quem não está licenciado, é crime também. Concordo que não há legislação
693 quanto aos aspectos administrativos, que é a nossa área de atuação.

694 **Roberto Soares Nogueira, FEDERAMINAS:** gostaria de sugerir que mantivéssemos a
695 proposta de redução de prazo. Porque esta vai criar este desnível, a empresa vai ficar



696 obrigada por uma condicionante a adquirir produtos só de empresas licenciadas e as outras
697 vão se beneficiar disto.

698 **Dr. Shelley de Souza Carneiro, Secretário-adjunto:** um ano daria inclusive tempo para
699 este grupo que está estudando tomar decisões mais acertadas, de uma maneira macro.
700 Assim, podemos tomar atitudes sem prejudicar um ou outro.

701 **Lucélio, FIEMG:** fico com a proposta do Promotor.

702 **Alex Fernandes Santiago, Promotor de Justiça:** a proposta seria idêntica à sugerida pelo
703 parecer jurídico, modificando apenas o prazo para regularização para um ano.

704 **Item 6) Dr. Shelley de Souza Carneiro: Processo administrativo para licença de**
705 **Operação Corretiva – IEF –**

706 **6/1 – Granja São Jorge – Geraldo Xavier de Faria e outros – suinocultura/ avicultura**
707 **de corte/ bovinocultura – Conceição do Pará MG – 95 03 01 03.**

708 **6/2 – Fazenda Ressaca Rômulo Melo Gontijo – suinocultura e culturas anuais – Bom**
709 **Despacho MG – 62 03 01 03.**

710 Em discussão.

711 **Vicente:** gostaria de reafirmar sobre a importância da demarcação e averbação da Reserva
712 Legal que não consta nos estudos apresentados pelo empreendedor.

713 **José Antonio, NAURSCAF:** estão sendo solicitados na condicionante estes pedidos.
714 Consta na condicionante.

715 **Capitão Valmir:** a respeito da Granja São Jorge foi feita uma observação na última
716 reunião. No nosso parecer técnico já havia esta dificuldade em vislumbrar esta demarcação.
717 Não estão sendo colocadas as áreas utilizadas. Se não fez a averbação ele deve estar
718 utilizando a área e vai ter que recompô-la.

719 **Alex Fernandes Santiago, Promotor de Justiça:** mais uma vez sugerir que seja
720 modificado a condicionante número 9, da Granja São Jorge. Após averbação apresentar, no
721 prazo de três meses, projeto de recomposição, se necessário. Mesma coisa para a
722 condicionante número 1 da Fazenda Ressaca. Após a averbação da reserva legal apresentar
723 projeto de recomposição no prazo de três meses, se necessário.

724 **Marcelo, IBAMA:** gostaria de destacar que esta mudança no prazo que antes era de seis
725 meses e agora caiu para 120 dias.

726 **Pedro Coelho, Procuradoria NAURCASF:** é bom deixar claro para os Conselheiros que
727 a reserva legal está ligada à propriedade rural. Não está vinculada a empreendimentos. O
728 ideal seria que, quando o empreendimento estivesse situado em propriedade rural, chegasse
729 ao Núcleo de Apoio do COPAM esta reserva legal já estivesse averbada. Seria
730 simplesmente conferir um documento. Não cabe a nós a análise de questões referentes ao
731 IEF que não estão ligadas ao licenciamento.

732 **Alex Fernandes Santiago, Promotor de Justiça:** o Ministério Público compartilha do
733 posicionamento do Procurador do COPAM Alto São Francisco. A colocação é perfeita.
734 Todas as reuniões nós temos que incluir esta questão da reserva legal. Cabe a nós antecipar
735 esta questão, exigir daquele empreendedor requerente do licenciamento que já no
736 formulário apresente a certidão que comprove a averbação da reserva legal. Nós
737 queimaremos uma etapa e no mecanismo de cumprimento de efetividade do código
738 florestal no artigo 16, que prevê para Minas Gerais 20%, do imóvel como reserva legal.
739 Perfeita intervenção do Procurador, o Ministério Público adere e requer seja encaminhada a



740 Moção ao Secretário José Carlos Carvalho, ardoroso defensor da reserva legal, para que
741 seja exigido dos empreendimentos que se situam em zona rural, que no momento de
742 apresentar o pedido de licenciamento, comprovem a averbação da reserva legal.

743 **Alexandre, Consultoria Jurídica, SEMAD:** apenas uma sugestão, dentro de uma parceira
744 que estamos fechando a alguns anos com o Ministério Público, ficaria mais fácil a atuação
745 conjunta, tanto do Ministério Público como dos órgãos ambientais, que ficaria mais fácil
746 conferir a averbação ou não da reserva legal. Gostaria de sugerir também uma atuação junto
747 aos Cartórios de Registro. Muitas vezes, estas situações chegam até o órgão sem a
748 averbação porque os cartórios não cumprem esta exigência.

749 **Alex Fernandes Santiago, Promotor de Justiça:** já existe esta atuação. É uma
750 recomendação expedida a todos os Promotores de Minas Gerais, para verificar esta
751 obrigatoriedade. A averbação deve preceder qualquer transferência. Reserva legal é
752 obrigatória e existem vários momentos de se cobrá-la, como a transferência ou
753 licenciamento. É mais um mecanismo de cumprimento da Lei.

754 **Pedro Coelho, Procuradoria de Justiça NAURCASF:** para ficar mais claro, seria ideal
755 que no FOBI viesse: *apresentar o registro de imóvel com a referida averbação da reserva*
756 *legal.*

757 **Dr. Shelley de Souza Carneiro, Secretário-adjunto:** proponho que se faça esta Moção do
758 grupo com este pedido.

759 **Vanessa Naves, Técnica do Núcleo de Apoio Alto São Francisco:** gostaria de esclarecer
760 uma questão levantada na última reunião. Foi consultado ao técnico geólogo do IGAM e
761 ele nos forneceu o processo de outorga deste poço com o devido teste de bombeamento.
762 Neste teste verifica-se que o poço se recarrega em quarenta minutos. A Outorga concedida
763 foi de 18 horas porque esta era a necessidade de consumo da localidade.

764 **Dr. Shelley de Souza Carneiro, Secretário-adjunto:** eu coloco o processo em votação.
765 Licença concedida nos termos dos pareceres técnicos e jurídicos do IEF, com as seguintes
766 condicionantes:

- 767 - Quanto à Granja São Jorge, modificação da redação condicionante número 9. Acrescida
768 ao final: após a averbação, apresentar projeto de recomposição, se necessário, no prazo
769 de três meses.
- 770 - Quanto à Fazenda Ressaca, modificação da redação condicionante número 9. Acrescida
771 ao final: após a averbação, apresentar projeto de recomposição, se necessário, no prazo
772 de três meses.

773 **Item 7) Dr. Shelley de Souza Carneiro: Processo administrativo para exame de**
774 **Licença de Operação com recomendação de indeferimento – Ardósia Guimarães**
775 **Com. Ltda. – beneficiamento de ardósia – Maravilhas MG – 067/ 2002/ 002/ 2002 –**
776 **FEAM**

777 Leitura do Parecer técnico: Pelo exposto este parecer sugere o indeferimento de Licença de
778 Operação Corretiva para o empreendimento, ARDÓSIA GUIMARÃES COMÉRCIO E
779 INDÚSTRIA E TRANSPORTE LTDA, localizada à Rua Rio Pardo, nº. 435-A, no
780 município de Maravilhas.

781 Leitura do Parecer Jurídico: Sugerimos que a CID/COPAM fixe um prazo de formalização
782 de novo processo de licenciamento e aprecie a moção de suspensão de atividades do
783 requerente.



784 Em discussão.

785 **Alex Fernandes Santiago, Promotor de Justiça:** gostaria de um esclarecimento: nós
786 vamos votar a Moção de suspensão das atividades? Vamos fixar um prazo para licenciar?
787 Ou vamos fixar um prazo e se não cumprido este é que vamos suspender as atividades?

788 **Raquel, Procuradoria jurídica:** vou esclarecer de acordo com os procedimentos que a
789 CID vem adotando nestes casos. Ela fixa um prazo de 90 dias e após este período e o não
790 cumprimento pela formalização processual, já fica previamente aprovada a suspensão das
791 atividades.

792 **Alex Fernandes Santiago, Promotor de Justiça:** agradeço, mas mantenho o
793 questionamento. Eu formalizo o processo da mesma forma como fiz antes sem apresentar
794 toda a documentação, não cumprindo prazos... Nós teremos uma grande perda de tempo. Eu
795 questiono como ficaria?

796 **Raquel, Procuradoria FEAM:** apenas salientar que este foi um processo formalizado em
797 2002, quando não vigia a Resolução SEMAD 146. Em relação à documentação isto ficaria
798 resolvido no momento do FCEI.

799 **Alex Fernandes Santiago, Promotor de Justiça:** está claro, mas a preocupação
800 permanece. Foi formalizado o processo em 2002, somente hoje nós estamos julgando,
801 vamos favorecer um novo prazo e quando estaremos julgando de novo?

802 **Alexandre, consultoria:** não seria mais o caso. Com o processo devendo ser formalizado
803 em 90 dias e sabendo que neste novo sistema ele não pode formalizá-lo, sem que a
804 documentação esteja completa, esta preocupação estaria sanada. Ele automaticamente
805 estaria suspenso.

806 **Dr. Shelley de Souza Carneiro, Secretário-adjunto:** coloca em votação.

807 Aprovado o indeferimento.

808 **Item 8) Dr. Shelley de Souza Carneiro: Processo administrativo para exame de Auto**
809 **de Infração – FEAM-**

810 **8.1 – Associação de Abatedores e Comerciantes de carne e derivados de Pitangui –**
811 **abate – abate de bovinos e suínos – Pitangui MG – 1225/ 2002/ 001/ 2002 - AI 985/**
812 **2002**

813 Leitura do Parecer técnico: Este parecer sugere a aplicação das penalidades previstas em
814 Lei, ouvida a assessoria Jurídica da FEAM. Sugere-se ainda a fixação do prazo de 90 dias
815 para que a Associação dos Abatedores e Comerciantes de carnes e derivados de Pitangui –
816 Abate formalize o processo de licenciamento ambiental, sob pena de suspensão de
817 atividades.

818 Leitura do Parecer Jurídico: Por derradeiro, remetemos os autos à Comarca de Atividades
819 Industriais do COPAM, sugerindo a aplicação de 01 (uma) multa no valor de R\$ 10.641,00
820 (infração gravíssima, porte pequeno do empreendimento), de acordo com o art. I, inciso III,
821 alínea “a” c/c art. II, inciso I da DN 27/98, alterada pela DN 64/03.

822 Em discussão.

823 **Luiz Gonzaga, Técnico da FEAM:** apenas a título de esclarecimento neste processo: em
824 função de não ter atendido a convocação ele sofreu uma segunda autuação. Esta autuação é
825 decorrente do desdobramento desta. Nesta primeira ele foi autuado por operar sem licença,
826 feita a convocação e dado um prazo, ele não formalizou o processo. Foi alvo de uma



827 segunda autuação. A rigor, ele ainda não atendeu a nenhuma convocação, ele está omissos e
828 zombando da Lei.

829 **Alex Fernandes Santiago, Promotor de Justiça:** diante das informações muito relevantes
830 prestadas pelo setor técnico, eu sugiro que se reduza o prazo de 90 para 30 dias. Já demos
831 oportunidade para que a empresa se regularize. É o prazo rotineiro, mas apenas para os
832 comuns.

833 **Luiz Gonzaga, Técnico da FEAM:** com relação a esta proposta pode haver um conflito
834 por ser impossível se fazer em 30 dias o diagnóstico, propostas e outros protocolos
835 necessários, neste prazo. Seria melhor determinar a suspensão da atividade imediatamente.

836 **Alex Fernandes Santiago, Promotor de Justiça:** o prazo não é de 90 dias, esta empresa
837 está sendo fiscalizada há 2 anos. Temos que ter isto em mente. Eu questiono se é possível já
838 votarmos a suspensão de atividades?

839 **Raquel, Procuradoria da FEAM:** não há impedimento que se julgue a aplicação da
840 penalidade de multa ou suspensão da atividade até a obtenção da licença ambiental.

841 **Alex Fernandes Santiago, Promotor de Justiça:** essa é a minha proposta.

842 **Dr. Shelley de Souza Carneiro:** a proposta é: Auto de Infração e o fechamento da
843 empresa até que ela regularize toda a sua atividade dentro do que vem sendo pedido a dois
844 anos. Entro em processo de votação.

845 *Determinada a aplicação de multa gravíssima no valor de R\$ 10.641,00 e solicitada*
846 *Moção de suspensão de atividades da empresa até que a mesma obtenha licenciamento*
847 *ambiental.*

848 **8.2) Dr. Shelley de Souza Carneiro: – Café Robinson Ltda. – torrefação de café –**
849 **Pimhui MG – 1657/ 2002/ 001/ 2002**

850 Leitura do Parecer técnico: Sob o ponto de vista técnico, em sua defesa a empresa não
851 apresentou justificativas que cancelem a infração cometida que resultou na lavratura do AI
852 Nº. 1085/2002. Desta forma, este parecer sugere o indeferimento da defesa apresentada e a
853 aplicação das penalidades previstas em Lei.

854 Leitura do Parecer Jurídico: Por derradeiro, remetemos os autos à Câmara de Atividades
855 Industriais do COPAM, sugerindo a aplicação de 01 (uma) multa, no valor de 35.001
856 UFIRs, nos termos do artigo 1º, inciso III, alínea “a” (infração gravíssima, porte pequeno
857 do empreendimento), c/c artigo 2º, parágrafo 1º, da DN COPAM 27/98.

858 Em discussão.

859 **Raquel, Procuradoria FEAM:** gostaria de solicitar uma retificação do Parecer Jurídico e
860 trazer uma informação nova. No decorrer do prazo: 8 de dezembro de 2002 até o presente
861 momento, este Decreto que culminou nesta penalidade (Decreto 39424/1998) foi
862 parcialmente modificado pelo Decreto 43127, publicado no dia 28 de dezembro de 2002.
863 Este parecer foi elaborado no dia 6 de dezembro de 2002. O valor correto da penalidade de
864 multa não é de 35 mil UFIR e, sim, de R\$ 10.641,00. O Decreto 43127 traz como regra de
865 transição aplicação dos valores da flexibilização da faixa aos processos que ainda tramitam
866 no COPAM. E outra questão é que esta empresa obteve a licença ambiental no correr deste
867 procedimento e ela vai fazer *jus* a aplicação do artigo 21, da alteração do 43127 no 39424,
868 que é redução da penalidade de multa em 50%. Artigo 21, parágrafos 5 e 6.

869 **Marcelo, IBAMA:** pelo que entendi este valor de R\$ 10.641,00, por a empresa já ter
870 obtido a licença, será reduzido pela metade.



871 **Raquel, FEAM:** correto. O artigo 21 permite isso, no parágrafo quinto: não será objeto do
872 Termo de Compromisso a que se refere o parágrafo segundo. Este benefício é ampliado
873 aqui para os empreendimentos que obtêm a licença durante este processo.

874 **Júnior, representante da empresa Café Robinson:** o que eu tenho a esclarecer é sobre a
875 questão da obtenção do licenciamento onde nós tivemos um problema a parte, pois o
876 engenheiro responsável pelo RCA/PCA sofreu um acidente. Em teoria estaríamos aqui
877 aplicando uma responsabilidade objetiva da empresa, que eu entendo não caber. O erro
878 ocorreu não por vontade desta e sim por um fato anormal, que está caracterizado no
879 processo, ajuntado de atestado médico do engenheiro. E ainda, diante da demora deste
880 processo de licenciamento e, até mesmo do cumprimento de condicionantes, esta empresa já
881 sofreu uma intervenção judicial. Em 01/09/2004 nós obtivemos, via judicial, a autorização
882 de funcionamento. A empresa também já providenciou 90% das condicionantes. Por tudo
883 isto é que pedimos a não aplicação da pena. Principalmente pelo fato do acidente do
884 engenheiro.

885 **Raquel, FEAM:** o fato do consultor da empresa ter agido de forma incorreta não impede a
886 aplicação das penalidades. Caso o Senhor se sinta ofendido, que entre com uma ação de
887 regresso, porque quem opera a fonte efetiva e potencialmente polidora é que é responsável
888 por ela. Não cabe aqui o discernimento em relação a isso. Quem será responsável pelo
889 pagamento desta penalidade é o empreendedor.

890 **Júnior, representante da empresa Café Robinson:** eu entendo que cabe sim, julgar esta
891 responsabilidade da empresa. Porque uma penalidade imposta à empresa, principalmente no
892 lado econômico, denota a questão de emprego, de geração de imposto e questão de toda
893 realidade social. Então, eu acho sim, que é o momento. Eu acho sim que não podemos
894 aplicar uma responsabilidade objetiva. Se existe a ação de regresso, esta está prevista para o
895 Estado, que é a questão da responsabilidade objetiva que não foi objeto de investigação. É
896 estar simplesmente aplicando uma penalidade à uma empresa que contratou um profissional
897 para fazer da maneira mais correta.

898 **Dr. Shelley de Souza Carneiro, Secretário-adjunto:** estamos julgando aqui uma lei e
899 devemos agir de acordo com esta. A pessoa tem direito, fora do COPAM, de recorrer
900 legalmente. O nosso caso é sobre um ato, onde nós já fomos informados sobre a legislação
901 deste.

902 **Luiz Gonzaga, FEAM:** o que se está julgando aqui não é o atraso na obtenção da licença,
903 haja visto que ele obteve a licença e está obtendo os benefícios desta. O mérito julgado aqui
904 é: início da atividade sem a licença. Ele foi autuado na visita técnica, por atuar sem licença.

905 **Lucélio, FIEMG:** o responsável apresentou dados que não constam no processo, isso é
906 relevante? Não, muito obrigado.

907 **Dr. Shelley de Souza Carneiro, Secretário-adjunto:** vamos entrar em processo de
908 votação.

909 *Aprovado o Auto de Infração, com aplicação de multa com redução de 50% do valor*
910 *conforme artigo 21 do Decreto 39.424/98.*

911 **Item 9) Dr. Shelley de Souza Carneiro:** Foi apresentado no início da reunião. “Projeto
912 estruturador MG – Revitalização e Desenvolvimento Sustentável da Bacia do São
913 Francisco”.

914



915 **Item 10) Dr. Shelley de Souza Carneiro: Apresentação do Projeto Águas de Minas –**
916 **monitoramento da qualidade das águas superficiais do Estado de Minas Gerais.**

917 **Apresentação: Rômulo – biólogo, representante do IGAM.**

918 Objetivos do projeto: conhecer e avaliar condições da qualidade das águas superficiais em
919 Minas Gerais/ divulgar os dados aos usuários e apoiar a proposição de metas de qualidade/
920 subsidiar o planejamento da gestão dos recursos hídricos/ verificar a efetividade das ações
921 de controle/ propor prioridades de atuação.

922 As Unidades de Planejamento de Gestão de Recursos Hídricos em Minas Gerais:
923 Paranaíba/ Rio Grande/ Paraíba do Sul/ Rio Doce/ Jequitinhonha/ Pardo/ Mucuri.

924 CETEC: Fundação que realiza as coletas, feita na calha do rio.

925 Indicadores de qualidade ambiental que o Projeto Águas de Minas utiliza:

- 926 • IQA (índice de qualidade das águas) reflete a contaminação por matéria orgânica,
927 sólida, fecal e nutrientes.
- 928 • CT (contaminação por tóxicos) são utilizados nove parâmetros para se chegar a um
929 valor final de contaminação. Menor que 20%, contaminação baixa. Maior que 20% e
930 100%, contaminação média. Acima de 100%, contaminação alta.

931 Resultados encontrados no ano de 2003:

932 Ocorrência do índice de qualidade das águas, se manteve com frequência média. IQA/
933 percebemos que este índice permaneceu médio neste ano. A Bacia do São Francisco
934 também manteve seu índice de qualidade médio. O Rio das Velhas foi o que apresentou o
935 pior IQA devido à sua localização perto de Belo Horizonte.

936
937 Índice de contaminação por tóxicos. Este índice foi considerado baixo, como reflexo das
938 bacias do Rio Doce e Jequitinhonha, que tiveram também uma contaminação baixa. Com
939 exceção está a bacia do São Francisco que teve uma contaminação por tóxicos alta,
940 principalmente devido à três sub bacias: Paraopeba, Velhas e São Francisco Norte (devido a
941 presença de indústrias e aos produtos utilizados na agropecuária).

942 É importante falar que perto da nascente do Rio São Francisco o IQA da água é
943 considerado bom. Ele permanece médio ao longo da bacia. Este resultado vai ser
944 influenciado pelo Ribeirão Sucuriú, onde se tem uma série de parâmetros que influenciaram
945 no resultado final do IQA, que estão associados aos municípios de Biquinhas e Bocaina,
946 que lançam o esgoto sanitário sem tratamento no curso d'água.

947 Foram destacados o Rio São Francisco e o Rio São Miguel sobre seus valores de
948 condutividade elétrica. Comparativamente a outros trechos de rios mais pressionados, os
949 registros observados são considerados satisfatórios. Mostrando capacidade de diluição da
950 carga poluidora da carga recebida. Outro curso d'água em destaque seria o Rio São Miguel.

951 As significativas presenças notadas de sais, íons e cálcio, embora seja uma ocorrência
952 natural da sub bacia, é intensificada pela extração de calcário na região. Destacou-se
953 também o curso do Rio Pará, entre Passatempo e Leandro Ferreira, devido aos parâmetros
954 de fosfato total, coliformes fecais, turbidez e sólidos totais, que interferiram no IQA médio.
955 Estes resultados estão associados à contribuição dos rios: Itapecerica (Divinópolis) e São
956 João (Itaúna e Pará de Minas) devido ao lançamento de esgotos sem tratamento. Na região
957 de Formiga, próximo a Furnas, que se destacou aqui, hoje, em um processo, percebemos a



958 contaminação de nível médio e bom nesta sub bacia. Sua contaminação por tóxicos também
959 foi considerada média. É bom ressaltar que o IGAM propõe ações de controle e as
960 encaminha para a Promotoria. Estes dados são levados para a Promotoria, FEAM, etc, onde
961 se propõem ações que deveriam ser efetuadas.
962 Divulgação dos resultados deste projeto: é feito um mapa anual da qualidade das águas no
963 estado de Minas Gerais. O relatório anual, com mapas, está disponível na internet.
964 www.igam.mg.gov.br link Águas de Minas.
965 O palestrante Rômulo agradece a atenção de todos.
966 **Dr. Shelley de Souza Carneiro, Secretário-adjunto:** é sempre muito bom ouvir esta
967 palestra, porque ela tem muito a nos acrescentar. É bom que a gente tome conhecimento de
968 que tem muita coisa boa sendo feita. Este é o lado positivo.
969 **Item 11) Dr. Shelley de Souza Carneiro: Assuntos Gerais:**
970 **Capitão Valmir:** gostaria de agradecer a excelente palestra e gostaria de obter cópia destas
971 palestras. A Polícia de Meio Ambiente faz muitas palestras e este material iria enriquecer
972 muito nossas palestras educativas.
973 **Dr. Shelley de Souza Carneiro, Secretário-adjunto:** a regional pode providenciar isto,
974 mas ela está disponibilizada na internet.
975 **Lucélio, FIEMG:** a reunião de hoje foi muito proveitosa, onde nós trabalhamos
976 basicamente o tema água. Gostaria de abrir uma discussão para as futuras reuniões, sobre
977 um assunto grave que é o uso das Áreas de Preservação Permanente. Principalmente em
978 locais de ranchos, reservatórios e córregos e rios urbanos. Houve uma reunião segunda feira
979 com o Dr. Luiz, representantes da CEMIG, COPAM, CODEMA, onde foi bastante
980 discutido este tema. Existe um problema, por que toda ligação feita pela CEMIG em área
981 de APP deve ter a licença. Isto está causando um problema social muito grande. Existem
982 várias situações que estão surgindo e que precisam ser debatidas. A CEMIG vem
983 cumprindo à risca o que se fala na lei, mas nós também temos nossa responsabilidade
984 social. Este é um passivo muito grande que exige uma solução a nível estadual
985 **Dr. Shelley de Souza Carneiro, Secretário-adjunto:** esta é a função do COPAM. Ouvir e
986 criar uma consciência para que se possa trabalhar com mais informação e de forma
987 equilibrada. Este problema como foi para na plenária do COPAM eu vou trazer esta
988 discussão para cá, para vocês terem uma noção, para que se possa informar da melhor
989 forma possível. Vamos procurar estar sempre no foco dos assuntos mais problemáticos. Por
990 isso, vamos a Paíns discutir o problema da região cárstica.
991 **Capitão Valmir:** nós fomos até a região de Paíns para atender uma denúncia e foram
992 várias frentes de lavra embargadas, com boletins de ocorrência enviados para o Ministério
993 Público. A questão ali é crítica, onde o Estado tem que se fazer presente. Além da situação
994 ambiental, são pessoas que estão sendo expostas a uma condição de trabalho degradante, de
995 foram totalmente irregular, expostas inclusive a perigo de vida. A maioria das pessoas ali
996 não tem outra fonte de renda. O estado deve adotar ali, um trabalho social.
997 **Alex Fernandes Santiago, Promotor de Justiça:** leitura para aprovação pela Unidade
998 Regional, da Moção para inclusão no FOB de documento comprobatório da Averbação da
999 Reserva Legal. *Moção Aprovada: Que conste no FOBI para os empreendimentos*
1000 *localizados em Zona Rural o item: apresentar Certidão do Cartório de Registro de*
1001 *Imóveis, comprovando a Averbação da Reserva Legal à margem do registro.*



1002 **Item 12) Encerramento**

1003 **Dr. Shelley de Souza Carneiro, Secretário-adjunto:** gostaria de pedir ao Afonso que nos
1004 explicasse sobre a nossa visita ao Parque Nacional da Serra da Canastra amanhã.

1005 **Afonso José e Silva, NAURCASF:** nós encaminhamos para todos, a programação que
1006 consta: saída às 08h00min horas da manhã, em frente ao clube. Iremos de ônibus que foi
1007 cedido pela Prefeitura. No Parque teremos uma apresentação de um vídeo institucional, do
1008 IBAMA. Vamos caminhar até o monumento que representa a nascente do Rio São
1009 Francisco e vamos também, na parte alta visitar a cachoeira Casca D'anta. Durante o
1010 passeio serão servidos dois lanches.

1011 **Dr. Shelley de Souza Carneiro, Secretário-adjunto:** gostaria de avisar a vocês que foi
1012 aprovada pela plenária a modificação da DN 01/90. Acho que será 74/04. Devemos
1013 publicá-la na próxima semana e isto será bem discutido para que fique bem explicado. Nós
1014 devemos estar por dentro desta legislação para podermos julgá-lo.

1015 Leitura da Carta ao Diretor Geral do IEF: “gostaríamos de externar nosso contentamento
1016 com os serviços prestados por este órgão, através do Senhor Élcio Rogério de Castro Melo
1017 e Senhora Maria Margaret de Moura Caldeira, por ocasião de cadastramento da Unidade de
1018 Conservação do Parque Ecológico Francisco Assis Resende, município de Lagoa da Prata.
1019 Salientamos ainda que a postura profissional dos servidores, alhures citados, enaltece a
1020 qualidade do funcionalismo público de Minas Gerais, constituindo célebre exemplo a ser
1021 seguido.” A carta foi assinada pelo Dr. Shelley de Souza Carneiro.

1022 **Marcos Vilela, Conselheiro:** a minha manifestação aqui hoje é em relação a alguns
1023 licenciamentos anteriores. Antes da criação do COPAM Regional, estes licenciamentos
1024 eram encaminhados para Belo Horizonte e nós estamos com dois licenciamentos em
1025 Divinópolis – Cooperativa agropecuária / Granja de postura, que solicitaram a licença
1026 corretiva, em 1994, e até hoje estas empresas não se adequaram. Estes processos estão
1027 parados. Eu gostaria de saber se há condições de se transferir estes licenciamentos?
1028 Gostaria também que fossem criadas comissões para verificar a causa destas empresas. A
1029 situação, principalmente no caso da Granja, é bastante problemática. Inclusive eu tenho
1030 aqui várias notificações que já foram feitas.

1031 **Dr. Shelley de Souza Carneiro, Secretário-adjunto:** gostaria de verificar o número do
1032 processo para tentarmos saber o que está acontecendo. Muitas vezes a pessoa entrega o
1033 relatório e não volta, o que acaba arquivando este. Eu vou dar uma olhada e vou te dar uma
1034 resposta. E verificar a possibilidade de poder transferir este processo, caso ele esteja
1035 adequado.

1036 **Alexandre, assessoria jurídica:** seria melhor, neste caso, encaminhar a documentação a
1037 mesa, que encaminharia esta documentação para a nossa regional, que faria uma
1038 fiscalização no local.

1039 **Dr. Shelley de Souza Carneiro, Secretário-adjunto:** acho que já poderia diretamente
1040 legar ao Núcleo, que encaminharia para a Superintendência de Política Ambiental e vocês
1041 dariam uma verificada para se constar o que está acontecendo.

1042 **Conselheiro Cairo, Prefeito de São Roque de Minas:** gostaria de agradecer a todos
1043 vocês, em nome do povo de São Roque de Minas. Gostaríamos de poder vivenciar este
1044 momento mais vezes e queira Deus em uma outra situação. Estamos vivenciando um
1045 momento tumultuado, devido ao período de eleição. Vou também pedir desculpas por não



1046 poder acompanhá-los no passeio a Serra da Canastra. Me permitiria, no entanto, fazer
1047 algumas recomendações: um pouco de cuidado principalmente nesta época de muita seca,
1048 em alguns locais existe a ocorrência de muitas cobras, principalmente onde tem igarapés.
1049 Mais adiante, na parte alta da Casca D'anta, é preciso muito cuidado naquele paredão. É um
1050 lugar paradisíaco, mas devemos ter cuidado. Levem short, pois é um lugar muito bom para
1051 se banhar. E me permitiria também, pedir aos senhores que observem, quando estiverem
1052 cruzando o platô da Serra da Canastra, onde os senhores presenciarão dois ambientes
1053 distintos. Os senhores vão verificar a região do platô da Canastra que ainda não foi
1054 queimada e em determinados locais os senhores irão verificar regiões que foram
1055 queimadas, onde houve incêndios que foram amplamente divulgados pela imprensa.
1056 Gostaria de pedir que os senhores atentem para os seguintes detalhes: procurem avaliar a
1057 fauna e a flora onde não houve incêndio e verifiquem também onde houve incêndio. Por
1058 quê? Porque oportunamente, o município de São Roque de Minas, observando as
1059 imposições sedimentais, procurará discutir uma proposta de manejo do Parque Nacional da
1060 Serra da Canastra, que a nosso ver, da maneira como está sendo conduzido, está
1061 equivocada. No alto da Serra da Canastra existe uma grande erosão, que aumenta, a cada
1062 dia, e nós sabemos que tecnologicamente existe condição de ser revertida. Nós gostaríamos
1063 de discutir estas questões aqui em outro momento oportuno. Bem no meio do parque há
1064 um divisor de águas. Há poucos quilômetros da parte alta está a nascente do rio Araguari,
1065 que é vizinho de berço do São Francisco. Com um pequeno detalhe, a nascente do rio
1066 Araguari, em termos de volume de água, é bem maior que a do São Francisco. Nós
1067 precisamos divulgar isto, que a serra abriga também esta nascente. E para encerrar, temos a
1068 60 km de São Roque, está o distrito São João Batista, neste distrito há uma rua que as águas
1069 que correm na sarjeta da direita pertencem a Bacia Hidrográfica do São Francisco e as
1070 águas que correm na sarjeta da esquerda pertencem a Bacia Hidrográfica do Araguari.
1071 Muito obrigado e tenham um bom passeio amanhã.

1072 **Dr. Shelley de Souza Carneiro, Secretário-adjunto:** também gostaria de agradecer
1073 muito, a reunião foi interessantíssima e nos acrescentou bastante. Gostaria de agradecer ao
1074 prefeito, que foi uma das pessoas que lutou muito para a realização deste COPAM. Foi
1075 muito bom estas informações sobre a Serra da Canastra. Gostaria então, de informar que a
1076 nossa próxima reunião será dia 21 de outubro no município de Paíns, no centro nervoso do
1077 problema cárstico.

1078 **Conselheiro Cairo:** como membro titular do Comitê do São Francisco, tanto eu como
1079 Geraldo, temos uma reunião, em Belo Horizonte, há possibilidade de mudar a data?

1080 **Dr. Shelley de Souza Carneiro, Secretário-adjunto:** eu posso propor, mas haverá uma
1081 votação.

1082 **Item 14) Encerramento:** Não havendo outros assuntos a serem tratados, o presidente Dr.
1083 Shelley de Souza Carneiro agradeceu a presença de todos e declarou encerrando a sessão,
1084 da qual foi lavrada a presente ata.

Shelley de Souza Carneiro _____

Alex Fernandes Santiago _____



Valmir José Fagundes _____

Gerson Luiz de Freitas _____

Marcelo Ferreira Guimarães _____

Márcio Antônio de Oliveira _____

Cairo Manoel de Oliveira _____

Juarez Eufrásio de Carvalho _____

Arnaldo Batista Matos _____

Lucélio Nativo da Assunção _____

Roberto Soares Nogueira _____

Vicente Paulo Gondim _____

Eustáquio Marcelino Valério Calderaro _____

Lessandro Gabriel da Costa _____

Marcos Antônio Vilela _____